

MIGRANTES NO IMPÉRIO DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DE JEAN BAZET NAS ORIGENS DA VILA DE NOVA FRIBURGO, 1820-1858

*Rodrigo Marins Marretto*¹

As origens de Cantagalo e Nova Friburgo

As origens da região que compreendia a Vila de São Pedro de Cantagalo e da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, capitania do Rio de Janeiro, estão datadas de meados do século XVIII, por ocasião do pedido de Maurício Portugal a Intendência Geral do Ouro. O objetivo de Maurício Portugal era abrir um garimpo na região denominada “Sertões do Leste”. A autorização foi concedida, mas rapidamente revogada. Por ordem do Vice-rei todos os garimpos foram fechados e todas as fazendas localizadas na base da Serra do Mar foram destruídas.

Em fins do século XVIII, o bando de Manuel Henriques, o Mão de Luva² – aproveitando-se desta situação – invadiu a região a partir de Xopotó e fundou, com determinada conivência do governador de Minas Gerais, o garimpo conhecido como “Minas Novas do Cantagalo”. Mão de Luva tinha o objetivo de explorar clandestinamente o ouro da região e o fez por quase cinco anos. Não foi o único a ter garimpo naquelas áreas, dividindo a região com os interesses dos irmãos Lopes e Miguel Muniz também possuíam minas.

Essas relações desenvolvidas em torno do ouro clandestino abriram a possibilidade da formação do primeiro povoado da Região Centro-Norte Fluminense, São Pedro de Cantagalo, que ganhou a status de Vila em 1814³. Segundo Laura de Melo e Souza, Mão de Luva era “um curioso bandido do tempo da mineração” e também “assaltava comboios”.⁴ Nesta análise prefiro não considerar Mão de

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-Mail: <rmmarretto@gmail.com>.

² A respeito da alcunha “Mão de Luva” ver: MAYER, Jorge Miguel. “Mão de Luva: história e lenda”. *Revista Têssituras*, Nova Friburgo, Faculdade Santa Dorotéia, n. 6, mai. 2015, p. 01-16. Disponível em: <<http://www.revistatessituras.com.br/>>. A lenda afirma que Manoel Henriques era um fidalgo português que se apaixonou por Maria, filha de D. João V. No entanto, ela já estava prometida e teria beijado a mão de Manoel e lhe dado a luva para que não pudesse ser novamente beijado por outra mulher. Depois disso Manoel teria sido acusado de traição e condenado ao degredo para o Brasil. SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. O relato mais consistente, no entanto, afirma que Mão de Luva teria sido mutilado e usava na mão esquerda uma luva de ouro.

³ GARCIA, Romyr Conde. *Nos descaminhos dos reais direitos: o contrabando entre as capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1770-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995, p. 62-75. Esta seção do texto de Romyr Garcia promove um importante debate sobre os conceitos “bandido” e “banditismo”, a partir das ideias elaboradas por Hobsbawm. As conclusões do autor apontam que Mão de Luva não se caracterizava desta forma, ao contrário, em grande medida atuava legalmente. Romyr afirma que seu único crime foi garimpar em terras proibidas e burlar o fisco.

⁴ SOUZA, *Os desclassificados...*, p. 279.

Luva como o bandido que governava um povoamento, onde existiam, ao menos, duzentas famílias. Desta forma, julgo a utilização do termo “semidesclassificado” inapropriada ao personagem, pois Manuel Henriques era proprietário de mais de uma dezena de escravos, o que denotava certo *status*.

Neste período, a região desenvolvia um espaço escravista, elemento que pode ser atestado pelos dados de Acácio Dias Ferreira, em seu livro *Terra de Cantagalo*. Nesta obra o autor apresenta alguns dados a respeito do volume populacional na região: “Em 1798 [...] a sua população dobrou, atingindo a cifra de seiscentos indivíduos, dos quais trezentos e sessenta eram escravos”⁵. Não tenho certeza se Acácio compreendeu o significado desses números. Sem apresentar as fontes de onde os colheu, o autor está afirmando que 60% dos indivíduos no arraial de Cantagalo eram escravos. A informação, mesmo desacompanhada da fonte, demonstra que os senhores ali radicados haviam construído um espaço escravista desde meados do XVIII.

Manuel Henriques, elemento fundamental na montagem desse espaço escravista, viu seu poder questionado e confrontado pela Coroa, tentou resistir e negociar, mesmo assim, foi derrotado diante da força dos Dragões do Vice-Rei. Com o Mão de Luva vencido, abriu-se caminho para a colonização e a Coroa decidiu controlar a extração de ouro. Todavia, o ouro era ínfimo e veio a extinguir-se, como afirmou Mawe ao visitar a região:

O governo, tornando-se senhor do território, imaginou encontrar aí tanto ouro quanto ao se estabelecerem os primeiros garimpeiros e publicou muitos regulamentos injustos, oprimiu os nativos como jamais se vira, instalou registros em vários pontos para impedir o contrabando, e encheu toda a redondeza de guardas. Os numerosos colonos, atraídos pela suposta riqueza do lugar, não tardaram a verificar que o creme fora extraído pelos contrabandistas.⁶

A administração, certa de que o valor da região estava na lavoura, passou a doar sesmarias e por volta de 1809, a principal atividade da região passou a ser a produção de alimentos.

Na lista dos primeiros povoadores de Cantagalo aparecem, em sua maioria, indivíduos que migraram para a região tendo como ponto de partida a província de Minas Gerais. Logo, o enraizamento e a experiência na província mineira produziria também o aprofundamento dos interesses desses indivíduos pela região recentemente ocupada. De qualquer maneira, ainda não se vê referência ao café, que na década de 1820 expandiu-se transformando as paisagens da região. Assim, pode-se concluir que o interesse e a presença de colonizadores mais antigos na região são anteriores à chegada dos migrantes suíços e já eram marcados pelo domínio de grandes extensões de terra e pelo trabalho escravo.

⁵ DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. 2. ed. Cantagalo: s.r., 1979, p. 69.

⁶ Grifos nossos. MAWE, Jonh. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Ed. Zelio Valverd, 1944, p. 128.

Tal povoação data do final do século XVIII e início do XIX, tendo sido engendrada, principalmente, por um fluxo migratório de senhores de escravos advindos das Minas Gerais, o que nitidamente antecede as iniciativas e negociações empreendidas por Nicolau Sebastião Gachet, agente da colonização suíça, para o estabelecimento de uma colônia helvética no Brasil. Os colonos europeus serão inseridos nesse contexto.

Ainda em princípios do século XIX, na conjuntura de doação de sesmarias, visando acabar com os extravios do pouco ouro que restava, lançou-se um empreendimento para povoar a região. Desta feita, vários indivíduos se aproveitaram das terras minerais em favor do Estado. No entanto, constataram que as reservas minerais realmente estavam exauridas e a terra era o bem a ser explorado. Durante as concessões de sesmarias, duas chamam a atenção – a concedida a José Antônio Ferreira Guimarães, que seria expropriada para o assentamento de alguns suíços e a de Lourenço Correia Dias, chamada “Morro Queimado”⁷, que viria a constituir-se no núcleo urbano da Vila de Nova Friburgo. Outros beneficiados com sesmarias devem ser lembrados, como João Luiz Ribeiro, titular da sesmaria de São Simplício, que futuramente daria origem a localidade de São José do Ribeirão, principal polo de migração e de expansão do café da vila de Nova Friburgo. Antônio José Teixeira Penna recebeu a sesmaria denominada Boa Vista e Manoel Vieira do Espírito Santo obteve a sesmaria da Barra Alegre. Todos esses senhores merecem destaque, pois suas sesmarias tornaram-se redutos de extrema importância para a produção de café alguns anos depois. Além disso, constam os negócios desses senhores com terras e escravos, adicionados ao papel que ambos desempenharam na administração da vila após a colonização suíça. Vários desses primeiros sesmeiros da região, aliás, ocuparam papéis administrativos de importância, o que ampliava suas redes de poder. Para ilustrar, João Luiz Ribeiro, em 1822, substituiu Lourenço Correia Dias na função de Juiz Ordinário da Vila de Nova Friburgo⁸.

Lourenço Correia Dias foi quem vendeu a sesmaria do Morro Queimado ao Monsenhor Lourenço de Almeida e, posteriormente, esta foi obtida pelo Monsenhor Pedro de Malheiros Miranda, inspetor dos assuntos relativos à colônia, em nome dos interesses da Coroa e, ao mesmo tempo, dos plantadores escravistas na região. Assim, a política joanina privilegiou os antigos colonizadores luso-brasileiros que consolidaram os seus interesses na formação da Vila de Nova Friburgo e em áreas adjacentes ao Rio de Janeiro.

Na época da negociação entre Monsenhor Miranda e Monsenhor Almeida, o jornalista Hipólito da Costa denunciou o caso da compra da sesmaria do Morro Queimado, vendida por vinte vezes o valor pago por Almeida a Lourenço Correia Dias. O mesmo jornalista acusava Monsenhor Miranda de ter promovido gastos excessivos na montagem do empreendimento, ao que corrobora o próprio D. João VI, reconhecendo que o empreendimento fora dispendioso⁹. Deste viés, os gastos garantiram os interesses dos antigos proprietários de terras e escravos que

⁷ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008, p. 130.

⁸ ERTHAL, *Cantagalo...*, p. 93-97.

⁹ ARAÚJO, João Raimundo de & MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003, p. 31.

ocupavam as melhores terras e foram defendidos e beneficiados por D. João VI quando este se antepôs as intenções do agente suíço de levar os colonos para o sul do Brasil. Com isso, D. João defendia, não só os interesses dos portugueses já enraizados, mas os benefícios para a Coroa. Por isso, através do Monsenhor Miranda, a monarquia portuguesa adquiriu três grandes propriedades na região, denominadas Fazenda Imperial, São José e Córrego D'Antas.

Entretanto, quais seriam as principais interpretações a respeito das intenções e dos objetivos da formação da Vila de Nova Friburgo através da implantação de uma colônia de suíços? Para Jorge Miguel Mayer, a colonização suíça de origem católica, promovida por D. João, objetivava “afastar os ventos revolucionários que varriam a Europa e assegurar plena fidelidade ao Rei, uma vez que o catolicismo era a religião do Estado”¹⁰. Outro argumento desenvolvido por Mayer, afirma que a experiência de introduzir trabalhadores europeus livres com vistas à substituição do trabalho escravo “serviriam para esclarecer alternativas do trabalho livre em um contexto escravista”¹¹. Decorrente desse argumento, Janaína Botelho formulou: “Os suíços, aqueles que deveriam dar o exemplo de que o Brasil poderia ter uma economia viável sem recorrer ao trabalho escravo”¹², assim que puderam, também adquiriram seus cativos. Segundo a formulação de Botelho, a aquisição de escravos por colonos suíços estava em discordância com os objetivos da colonização. Esta ideia não só exclui e isola os colonos suíços das interações sociais entre os diferentes elementos da colonização, mas veda, principalmente, as possíveis relações com os escravos e libertos.

Esses pontos de vista têm origem na ideia de que a colonização suíça foi um empreendimento realizado por obra e graça de D. João VI e a deveria permanecer sem a influência da escravidão, como em suas concepções mais idílicas. Por esse motivo, Estou de acordo com o argumento de José Carlos Pedro. Este pesquisador defende a preponderância dos luso-brasileiros nas atividades políticas, econômicas e culturais durante o período em que Nova Friburgo comportava a colônia de suíços, 1820-1831¹³.

Na minha visão, a concessão das terras beneficiou principalmente aos brasileiros e reinóis que durante a formação da vila de Nova Friburgo estavam com as glebas mais férteis e tinha acesso a escravos, fatos que permitiram o enraizamento de seus interesses na região. Neste contexto, a formação da colônia de Suíços da vila de Nova Friburgo foi marcada pelo processo de expansão escravista e respaldado pela “política da escravidão” em vigor até 1850.

Com tal argumento procuro afastar as interpretações idealizadas e unilaterais sobre a colonização e visões que tentam isolar o elemento europeu do restante da realidade histórica da vila de Nova Friburgo, ao mesmo tempo em que relegam à escravidão o segundo plano.

¹⁰ ARAÚJO & MAYER, *Teia serrana...*, p. 31.

¹¹ MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003, p. 533.

¹² CORRÊA, Maria Janaína Botelho. *Histórias da História de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012, p. 41.

¹³ PEDRO, José Carlos. *A Colônia do 'Morro Queimado': suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

Portanto, através da análise empírica realizada procuro discutir o quanto essas ideias soam inconsistentes. Durante o recrutamento dos colonos, provavelmente, o fator escravidão nem foi mencionado, como podemos observar através da surpresa do padre Joye ao sair às ruas do Rio de Janeiro: “Durante o dia não vimos senão negros, eles fazem todo trabalho. A maneira como são tratados me causou uma impressão extremamente sensível, tanto que não podia esperar o momento para voltar a bordo¹⁴”. Porventura, mesmo que estivessem em contradição com os “sentidos da colonização”, como quer Botelho, estavam de pleno acordo com a sociedade em que foram inseridos. Logo, desejavam os escravos como força de trabalho e terras para plantar café.

Não quero desconsiderar por completo a concepção de Mayer e Botelho, mas é preciso ressaltar que estes ignoram a poder da Coroa e dos senhores de terra e escravos do sudeste na relação de forças com o agente suíço e o grupo por ele representado. Os negociantes helvéticos, desta forma, estavam em desvantagem diante da embrionária hegemonia de uma fração da elite senhorial fluminense sediada em Nova Friburgo e Cantagalo. Esta elite recebeu apoio do próprio D. João VI, que havia doado terras a esses antigos colonizadores.

Logo, as terras impróprias para o cultivo de café foram compradas por D. João e entregues aos colonos suíços. Este episódio denota o mais nítido exemplo de favorecimento dos senhores já enraizados. Tais indivíduos, ao longo da primeira metade do século XIX, passaram à direção de todo aparelho político e administrativo da Vila e colaboraram para o desenvolvimento do projeto de construção do Estado Imperial, sediada na região Centro-Sul.

Para demonstrar o modo intrínseco como se relacionaram a Corte de D. João e os senhores da região, pode-se destacar o fato de que os responsáveis pela montagem da colonização escolheram um local diferente do pleiteado por Gachet, os suíços desejavam o Rio Grande do Sul para a fixação dos colonos. Conseqüentemente, D. João favorece, através da criação de uma nova vila, a expansão de uma fronteira que em 1817 exalava a prosperidade do café, beneficiando reinóis e lusos brasileiros previamente estabelecidos e com as melhores terras. Senhores que se dedicavam, também, ao tráfico de escravos e dominariam as diversas esferas do poder da nova vila.

Sem dúvida, é preciso ressaltar que, neste contexto, o Tratado de Aliança e Comércio, feito com a Inglaterra em 1810 previa a “abolição gradual do Tratado de Escravos¹⁵”. Além do mais existiam, tanto no plano externo quanto no interno, discursos contrários à escravidão. Em 1815, a escravidão foi abolida ao Norte da linha do Equador, todavia, completar este processo seria um empreendimento “gradual”, para usar o termo contido na própria lei de 1810. Tais fatos colaboraram para experiências de migração e de trabalho livre, viabilizando a vinda dos suíços para o “Morro Queimado”.

Entretanto, as diversas experiências de migração de europeus na primeira metade do XIX não visavam o fim do tráfico e, no caso de Nova Friburgo, esses

¹⁴ JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos migrantes suíços em 1819*. Manuscrito do acervo dos Arquivos de l'Etat, Fribourg, Suíça. Transcrito e traduzido do original por Vera de Siqueira Jaccoud.

¹⁵ Legislação informatizada, Carta de Lei de 8 de junho de 1815, Publicação Original, Coleção de Leis do Império do Brasil – 1815. Página 27 Vol. 1.

migrantes foram absorvidos pela lógica do mundo escravista. Em 1831 o tráfico de escravos da África foi proibido, mas com o regresso do partido conservador e a “política da escravidão”¹⁶, o comércio ilegal de escravos continuou até 1850 quanto teve seu fim definitivo.

Outra visão da história da formação de Nova Friburgo argumenta que D. João VI decidira pela migração europeia para o Brasil e a escolha da região se dera por fatores climáticos, geográficos e de embranquecimento da população. Antes, como embranquecer¹⁷ uma área adjacente ao Rio de Janeiro, principal receptor de escravos africanos no Brasil do século XIX? Para termos uma ideia do volume de escravos trazidos para a região apresento os resultados do quinquênio 1816 - 1820, durante o qual, entraram 115.861 escravos no Rio de Janeiro e sudeste¹⁸. Tornamos esse argumento mais denso com os dados computados pelo vigário Jacob Joye em 1828 e o Relatório do Presidente de Província de 1856, os quais, somados, permitem uma análise do número de escravos e livres nas décadas de 30, 40 e 50. Com os dados recolhidos demonstro que, neste período, a porcentagem de escravos na Vila de Nova Friburgo sempre esteve em torno de 40% da população (Quadro 1).

A análise mais detalhada demonstra que a população da Vila aumentou como um todo ao longo da primeira metade do século XIX, mas os indivíduos livres foram os que mais cresceram, distorcendo as porcentagens dos escravos, cujo número também aumentava.

QUADRO 1
POPULAÇÃO ESCRAVA NA VILA DE NOVA FRIBURGO¹⁹
1828-1850

ANO	1828		1840		1850	
	NÚMEROS	%	NÚMEROS	%	NÚMEROS	%
Livres	1615	55,94 %	2886	57,23 %	4187	58,86 %
Escravos	1272	44,06 %	2157	42,77 %	2927	41,14 %
Total	2887	100 %	5043	100 %	7114	100 %

Desmitificadas as visões que não incorporam o diálogo com a historiografia nacional, e desejos pessoais à parte, torna-se fundamental compreender a colonização suíça como um empreendimento que visava favorecer, sobretudo, aos senhores de terras e de escravos já estabelecidos na região, somados a um grupo

¹⁶ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 137-156.

¹⁷ O termo “embranquecimento” utilizado para referir-se a migração suíça está deslocado no tempo, afinal, o vocábulo passou a ser utilizado para o caso do Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Ver: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Ver, principalmente, o capítulo 2.

¹⁸ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – vol. I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 209-270.

¹⁹ Fontes: Arquivo da Igreja de São João Batista, Livro de Tombo I; Relatório do Presidente da Província de 1856.

de suíços que conseguiu ascender econômica e socialmente. Neste processo de formação, além de controlar as instâncias burocráticas do poder local, essa fração da classe senhorial contribuiu com a expansão da fronteira do café e da escravidão. Desta forma, não foi apenas uma forma de neutralizar uma revolução de modelo europeu em terras tropicais, ou estabelecer uma experiência de trabalho livre europeu, no seio da “escravidão nacional”²⁰.

A proposta de uma colônia de imigrantes suíços no Brasil teve origem na confederação helvética, em 1817. As motivações da confederação helvética para a migração iniciaram-se por duas condições principais: a primeira relaciona-se ao aumento das tarifas aduaneiras pela França, principal parceiro comercial dos cantões helvéticos, após o período napoleônico. Esse aumento imobilizou o comércio e a indústria de produtos helvéticos; o segundo impulso para a imigração origina-se na crise de abastecimento originada pelas intensas chuvas de junho de 1816 que destruíram grande parte das áreas cultivadas, essa diminuição dos produtos no mercado gerou o aumento do preço dos alimentos, resultando em fome e pobreza. Mesmo diante das tentativas do governo da Confederação Helvética na tentativa de importar grãos e diminuir os problemas de abastecimento, muitos suíços decidiram migrar²¹.

Neste contexto, Nicolau Sebastião Gachet foi escolhido como agente do Cantão de Friburg, para solicitar a D. João VI uma concessão de terras em Santa Catarina, com objetivo de instalar colonos suíços na região sul do país. Segundo a proposta helvética, a empresa a que Gachet estava associado desejava gerir o negócio colonizador, cuidar da comercialização dos produtos e garantir o traslado de 3.000 suíços. Essas intenções, como se pode perceber, contrariavam os interesses senhoriais de expandir a fronteira Centro-Norte Fluminense através do café e da escravidão. O gênero rubiáceo, em 1817, começava a ocupar as paisagens da vila de São Pedro de Cantagalo. Por causa disso, D. João chamou para o cargo de Inspetor da colonização suíça Pedro Machado de Miranda Malheiros, Chanceler Mór e Chefe da Mesa de Consciência e Ordem. Após a análise da proposta feita pelo representante helvético, seguiram-se as seguintes condições: a região concedida não se localizaria em Santa Catarina, mas na região serrana fluminense, o número de migrantes baixou de 3000, para o limite de 100 famílias e a direção da colônia seria composta, exclusivamente, por autoridades portuguesas, o que reforçaria o enraizamento dos interesses dos luso-brasileiros estabelecidos na região. Após aceitar as condições de D. João, Sebastião Nicolau assinou um documento de compromisso, onde se denominava como “encarregado pelo meu governo, o Cantão de Friburg, de solicitar a sua Majestade Fidelíssima uma colonização de suíços no Brasil”²².

O acordo firmado entre D. João VI e o representante suíço foi constantemente desonrado pelos dois lados. Gachet rompeu o contrato no início do prazo

²⁰ SALLES, Ricardo. “O Império do Brasil no contexto do século XIX: escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. *Almanack*, Guarulhos, UNIFESP, vol. 1, 2012, p. 17.

²¹ NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996, p. 33-35.

²² BRASIL – Senado Federal. *Coleção de legislação Brasileira do Império*, vol. VII. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1891, p. 62.

de vigência, o número determinado de 100 famílias não foi respeitado e 261 embarcaram em direção a terras tropicais²³. Além disso, os suíços arcaram com o traslado para Roterdã e com as despesas de hospedagens prolongadas, o que segundo o acordo seria financiado pela Coroa, mas não foi. Durante a travessia, os barcos estavam demasiadamente lotados, tornando-se foco de doenças e mortes, deixando por volta de 300 órfãos, além de famílias inteiras que foram dizimadas. Por isso, a travessia foi comparada ao tráfico de escravos, ou seja, uma empresa de caráter mercantil. De qualquer forma, os representantes suíços foram penalizados pelos desrespeitos ao acordo e responsabilizados pelas mortes e prejuízos ocorridos durante a viagem. Com isso, perderam as vantagens almejadas quando do princípio do projeto.

Através do decreto de três de Janeiro de 1820, D. João VI descreveu os limites geográficos da recente Vila de São João Batista de Nova Friburgo, separando-a da Vila de Cantagalo. Os limites fixaram-se “desde as Águas Compridas até o Rio Grande, compreendendo o território que vai da sobredita Vila até o Rio Paquequer do lado Oeste, e para a parte de Leste até o alto da Serra, cujas vertentes deitam para o Rio de S. João”²⁴. Neste mesmo decreto, nomeou o padre Jacob Joye como vigário da Nova Paróquia e o padre Aeby como Coadjutor, para estas funções os colonos receberiam 200\$ réis e 100\$ réis, respectivamente. A despeito do decreto, o rio Macacu levou a vida do coadjutor e o vigário Joye passou a exercer, por um tempo significativo, as duas funções.

As famílias que passaram pela provação de percorrer os dez dias entre a foz do Rio Macacu e à Vila de Nova Friburgo foram socorridas pelas “Providências para a jornada da colônia suíça desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo”²⁵. Tais providências foram organizadas por Monsenhor Miranda que, no documento supracitado, revela algumas das estruturas preparadas para receber os suíços. Foram construídos moinhos d’água, fornos, açougue e pontes. Havia uma casa para o Inspetor e uma casa nobre, denominada *Chateau D’roi*, a varanda possuía um oratório, utilizado para as missas antes da construção da Capela de São João Batista.

No final das Providências, Miranda alertava: “em Morro Queimado é por hora tudo inculto e despovoado; mas é de esperar que tão fértil terreno se ache em pouco tempo arroteado pelos laboriosos suíços²⁶”. Contrariando as Providências de Miranda, uma sessão do “Jornal de Coimbra” de 1818 afirmava sobre a região onde os suíços seriam alocados: “Os lavradores do país, cujo maior interesse vem da cultura do açúcar, fumo e café; rejeitam essas terras como só próprias para mantimentos e criações, das quais não tiram tanto lucro”²⁷. É importante ressaltar que na região estudada, o enraizamento dos interesses dos antigos reinóis ocorreu através da obtenção das terras próprias para o cultivo dos produtos vendidos no

²³ ARAÚJO & MAYER, *Teia serrana...*, p. 30.

²⁴ Coleção de Legislação Brasileira do Império. Vol. IV, p. 279

²⁵ MALHEIRO, Pedro Machado de Miranda. *Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo em Morro Queimado, no distrito da Vila de S. Pedro de Cantagalo, dadas em consequência de ordens de Sua Majestade*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1819, p. 05.

²⁶ MALHEIRO, *Providências para a...*, p. 17.

²⁷ *Jornal de Coimbra*, Coimbra, 20 ago. 1819, n. LXXX, parte I, p. 64.

mercado externo, o que ensejou a migração de suíços para áreas adequadas ao plantio do açúcar e do café.

Quando as famílias suíças alcançaram a Vila de Nova Friburgo, alojaram-se nas 100 casas que foram construídas por índios vindos de Aldeia da Pedra, parte delas registradas pelo olhar do pintor francês Jean-Baptiste Debret (Fig. 1). No texto de Debret, anexo a sua prancha, o autor enfatiza o caráter civilizatório da colônia suíça, a fertilidade do vale que os colonos ocuparam e a prosperidade vivida pelos migrantes. Tais ideias apresentam contradição em relação às informações do *Jornal de Coimbra* e alguns depoimentos dos colonos.

Todavia, o pintor francês não deixa de registrar que “o governo tivera também o cuidado de mandar para aí certo número de escravos de ambos os sexos, destinados a serem repartidos entre as famílias suíças”²⁸. Não encontrei os documentos necessários para confirmar as doações de escravos feitas pela Coroa aos colonos suíços. Diante dessa impossibilidade, é possível conjecturar que os cativos estavam destinados ao trabalho nas fazendas pertencentes à Coroa.

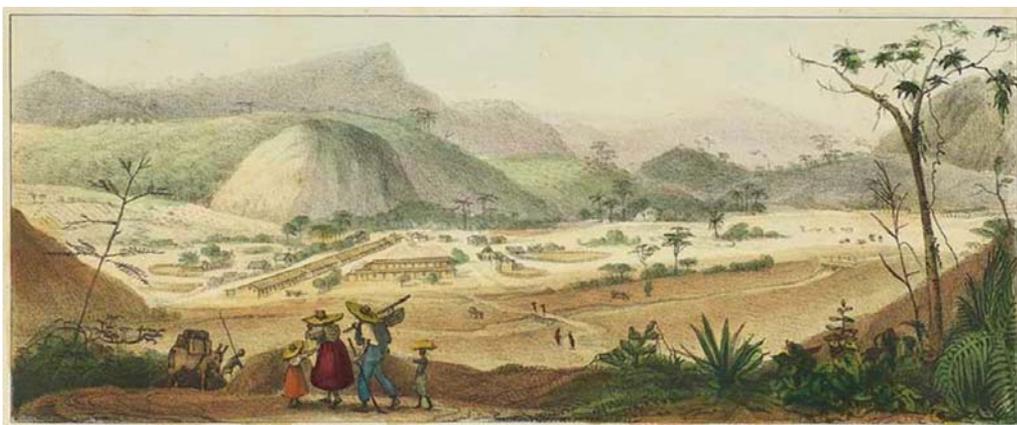


Fig. 1 – Jean-Baptiste Debret, *Colonie Suisse de Cantagallo*, 1835²⁹.
Litogravura aquarelada à mão, executada pelos irmãos Thierry; 21,4 X 9 cm.

De qualquer maneira, era necessário, para acomodar os colonos na nova vila, resolver o problema da falta de espaço. Dessa maneira, para colocar em torno de 261 famílias nas 100 casas construídas criou-se o conceito de “família-artificial”³⁰, que era constituída de 17 a 20 pessoas de duas ou mais famílias. Em outras palavras, as habitações eram inapropriadas e insuficientes para o número de pessoas e essas foram reagrupadas. Devido a esses e outros fatores, muito rapidamente os colonos

²⁸ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Edição integral. Tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1981, p. 318.

²⁹ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil – Tome 2^{ème}*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835, p. 62. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bdigital.bn.br/acervodigital/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

³⁰ O termo “Família-artificial” foi criado, pois o agente suíço rompeu o acordo estabelecido com a Coroa e trouxe 161 famílias a mais. Deste modo, os administradores locais teriam que abrigar 261 famílias europeias nas 100 casas construídas. A “família-artificial”, portanto, consiste na reunião de duas ou mais famílias com o objetivo de que todos os colonos pudessem ficar nas casas que lhes foram destinadas.

perceberiam que grande parte das terras agrícolas era infecunda e as regiões férteis serviam apenas para culturas de subsistência.

Tal fator afastava os colonos da possibilidade de prosperar ligados à produção de gêneros mais lucrativos, como o açúcar e o café. Diante dessa demanda por terras mais apropriadas aos gêneros de exportação, os colonos deram origem à expansão territorial em dois sentidos: um primeiro grupo buscou as vertentes do rio Macaé e dirigiu-se para a “Terra dos Inhames” e um segundo grupo dirigiu-se a Cantagalo.

Nas primeiras investidas à região do rio Macaé, os colonos foram surpreendidos pela presença de um quilombo, localizado exatamente nas terras doadas por D. Pedro I aos colonos suíços em 1821. Os documentos não apresentam uma descrição do quilombo, do tamanho ou de quantos negros estariam no quilombo. O primeiro documento que faz referência ao ocorrido encontra-se na obra do pesquisador suíço Martin Nicoulin, *A Gênese de Nova Friburgo*. Trata-se de uma carta escrita por Antoine Cretton de Martigny, oriundo do Cantão de Valais, que relatou, em 1824, uma expedição à região do rio Macaé.

[...] Ao cabo de oito dias de marcha, deparamos com um quilombo; é um esconderijo de negros fugidos que, para escaparem das crueldades dos portugueses vão viver juntos em montanhas inacessíveis. Esses negros são perigosos quando em número superior ao de brancos e espertíssimos, pois é quase impossível chegar a seu refúgio sem risco de vida [...]. Mas qual não foi a nossa surpresa ao deparar de repente com oito negros que de arcos retesados, ameaçavam trespassar-nos o peito. Entretanto, conseguimos dominá-los e obtivemos todas as indicações sobre aquelas terras.³¹

A serra, por certo, foi ponto privilegiado para a formação desses núcleos de resistência, primeiro pelas dificuldades impostas pelos acidentes geográficos, que serviam como esconderijo e defesa natural. Em segundo pela distância, tanto de Cantagalo, quanto da Corte. Quando os suíços constataram a infertilidade do solo recebido e decidiram migrar para a região de Macaé encontraram o quilombo citado. Renata Azevedo Lima vem pesquisando mais detidamente o caso do quilombo³². A historiadora utiliza-se, além do documento citado, de duas outras cartas assinadas pelo delegado dos assuntos suíços, o colono Quevermont.

Uma das conclusões da historiadora reside na aliança entre suíços e portugueses para a destruição do quilombo, ou dos quilombos existentes nas Margens do Rio Macaé, fronteira da vila de Nova Friburgo e da vila de Macaé. Os suíços desejavam apoderar-se das terras concedidas por D. Pedro I em 1821, suas intenções ficam explícitas em outro período da carta de Cretton de Martigny, “A terra que cultivamos, não sendo própria para a cultura do café e do açúcar, eu [Antoine Cretton] quero

³¹ NICOULIN, *A Gênese...*, p. 222.

³² LIMA, Renata Azevedo. *Conflitos de terra e quilombos na colonização do Rio de Janeiro (1808-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

abandoná-la para me dedicar a esse tipo de cultura, já que cada milheiro de pé de café que plantamos, depois de três anos, produz mil francos a cada ano”³³. De fato, o café já se encontrava em expansão pela vila no início da década de 20 do século XIX e como podemos inferir pela fala do colono, constituía-se em um negócio significativamente rentável.

Outra questão importante é a noção do colono suíço de como enriquecer na nova sociedade, ou seja, acompanhar um processo que “aconteceu” concomitantemente com outras áreas do vale do Paraíba, a expansão do café e da escravidão. Não só Cretton de Martigny, mas os colonos que possuíam meios migraram. Anos depois, e com um próspero lote de terras onde se cultivava café através do trabalho escravo, temos o exemplo do colono Stöcklin, ele argumentava: “Nós suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não tiveram coragem ou meios de mudar para terras de café não progrediram nada”³⁴. Mais uma vez o café é citado por um suíço como elemento de ascensão econômica e social.

Assim como Stöcklin, outros colonos suíços prosperaram. Todos envolvidos com café e escravos, dentre eles podemos destacar os Monnerat, Joset, Robadey e os Balmant, como senhores de terras e de escravos. O médico Jean Bazet e o padre Jacob Joye, além de suas propriedades e escravos, também eram remunerados por suas funções.

O jornal *O Spectador* de 1826, em sua sessão de correspondências publicou uma carta, datada de 15 de novembro de 1825, cujo remetente era um colono suíço, ele afirmava que a colônia poderia não ter dado certo, mas muitos suíços conseguiram enriquecer. Neste contexto, o colono Levieux relata a qualidade das terras, “[...] muito mais próprias à cultura de coisas necessárias à subsistência, do que as que chamamos – coloniais”³⁵. Na mesma carta o colono nos permite entrever em que medida os colonos haviam se envolvido no cultivo do café desde 1820:

*Desde então quase metade de sua população ocupa-se vantajosamente da cultura do café; se eles não tem plantado mais de 250,000 árvores, é porque a sua população se compõe de mais crianças em idade baixa [...] é porque também cultivam o preciso à subsistência [...] eles tem preparados viveiros, os quais prometem que dentro de poucos anos, terão para mais de 600,000 pés de café, principalmente no distrito de Cantagalo, e nas margens do Macaé.*³⁶

O depoimento deste colono é fundamental para associar os colonos das margens do Macaé à produção cafeeira da região que compreendia Nova Friburgo.

³³ NICOULIN, A *Gênese...*, p. 222.

³⁴ NICOULIN, A *Gênese...*, p. 222.

³⁵ *O Spectador*, Rio de Janeiro, n. 224, 16 jan. 1826, p. 01-03. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

³⁶ *O Spectador*, Rio de Janeiro, n. 224, 16 jan. 1826, p. 01-03.

Diversos documentos dão mostra da defesa dos interesses dos antigos colonizadores em sua relação com o Estado brasileiro. No contexto da independência, os membros da Câmara escreveram, em junho de 1821, uma carta de apoio à convocação da Assembleia Geral dos Deputados. A carta redigida foi elaborada na presença do juiz ordinário, João Luiz Ribeiro, e de outras autoridades luso-brasileiras e afirmavam: “[...] é preciso (...) ser inteiramente cego para não ver que só assim o Brasil gozará dessas vantagens que nos foram liberalmente prometidas”³⁷. Na mesma carta ainda afirmavam, “O povo dessa Vila, não menos patriota, e amigo da Causa da Nação”³⁸, e, assim, defendiam exatamente a manutenção dos interesses dos antigos colonos portugueses presentes na Vila. Além disso, não vislumbravam a separação do Reino português, como nos indica a seguinte passagem: “modifique a constituição que se está fazendo em Portugal, relativamente aos interesses deste amplo e fertilíssimo reino, e conciliá-lo com suas províncias, e união com a de Portugal”³⁹. Entretanto, os senhores que governavam a Câmara e o poder político na vila de Nova Friburgo, percebendo as mudanças que levaram, inevitavelmente, à independência, escreveram, em cinco de novembro de 1822:

*Senhor – A Câmara da Vila de Nova Friburgo tem a distinta honra de felicitar e de beijar a Augusta mão de Vossa Majestade Imperial nesta época em que o Império do Brasil tem dado o mais vantajoso passo em defesa da sua independência política [...] por sua real benignidade sirva-se aceitar os sentimentos de uma Câmara, que empenhada em desejos de solenizar tão faustíssimos atos como é do seu dever, cheia de gloria fez o que esteve ao alcance de suas forças e fracos conhecimentos.*⁴⁰

Apresento duas consequências, uma direta e outra indireta. A primeira é o apoio ao novo poder constituído, a segunda é a aliança entre os interesses dos plantadores escravistas luso-brasileiros e a Coroa. Em 1824, agindo no mesmo sentido, a câmara da Vila de Nova Friburgo enviaria uma nota ao periódico *Império do Brasil Diário do Governo* para informar que:

*[...] naquele mesmo dia se procedeu ao ato do juramento da Constituição do Império com a maior solenidade, que era compatível com as forças da dita câmara; dando por esta ocasião todos aqueles habitantes as mais claras demonstrações do seu exemplar patriotismo.*⁴¹

³⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1822, n. 82, p. 440. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

³⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1822, n. 82, p. 440.

³⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1822, n. 82, p. 440.

⁴⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1822, n. 82, p. 440.

⁴¹ *Diário do Governo*, Rio de Janeiro, 02 jun. 1824, n. 3, p. 536. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

Com essas solenidades a Câmara da Vila de Nova Friburgo alinha-se ao rei, acompanha o processo de independência e de consolidação da Constituição de 1824. A elite dos plantadores escravistas da vila participa dos eventos fundantes da nova nação e, com isso, respaldam o seu poder político, principalmente pelas relações de hegemonia e reciprocidade que estabeleceriam com o incipiente Estado nacional e com outros senhores da região.

João Bazet: o colono absorvido pela lógica local

Neste contexto de afirmação da Nação e de consolidação dos interesses senhoriais na vila de Nova Friburgo, a absorção desse modo de vida entre os suíços coincide com o que Ilmar de Mattos denominou de “tempo saquarema”⁴². Vale ressaltar exemplos como Jean Bazet e Jacob Joye, vereadores da Câmara Municipal durante a independência, indivíduos incorporados pela lógica da sociedade nascente. A partir da década de 1830, os colonos estavam plenamente integrados à sociedade imperial, procuravam terras para o café, utilizavam o trabalho escravo e ocupavam cargos na administração da Vila. Com o fim do “Regime Colonial” para os suíços em 1831, os colonos foram considerados plenamente brasileiros. Dez anos depois, tanto os que ascenderam socialmente quanto os que não obtiveram tanto sucesso haviam assimilado as características da sociedade imperial.

Passemos a considerar, exclusivamente, o colono e médico suíço Jean Julien Bazet. O personagem era francês, da freguesia de Nay. Ele fez sua viagem transoceânica no navio *Camillus* e chegou ao Brasil em oito de fevereiro de 1820, tinha 28 anos. Em junho de 1820, foi agraciado com os títulos de Médico dos Colonos Suíços da Vila de Nova Friburgo e de Médico Honorário da Casa Real, o que lhe conferiu significativo prestígio entre os colonos e os proprietários locais. Muito do prestígio de Bazet também deve ter sido colhido pelos cuidados característicos de sua profissão.

Bazet casou-se em setembro de 1829 com Justine Froidevaux. A colona era a filha mais velha do casal Jean-Baptiste Froidevaux e Marie Louise Banguerolle⁴³. Tal união resultou no nascimento de três filhos, as duas últimas crianças foram batizadas na Igreja da Glória e tiveram como padrinhos Antônio Clemente Pinto e Laura Clementina da Silva Pinto, membros da elite aristocrática da Corte, a quem Bazet e sua família ligavam-se, a partir de então, por parentesco ritual.

A primeira aquisição agrícola de João Bazet ocorreu tardiamente, por volta de 1835, com a compra da fazenda “três bicos” junto a João Dutra da Silveira. Antes mesmo de completar dez anos com o empreendimento agrícola, o médico vendeu a propriedade a um brasileiro pela quantia de quatro contos de reis, o ano era 1844. O valor foi pago da seguinte forma: dois contos e setecentos reis em dinheiro e um conto e trezentos mil reis em “letras a pagar no dia quinze de dezembro do corrente ano”⁴⁴.

⁴² MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 270-273.

⁴³ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência*. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004, p. 257, p. 464.

⁴⁴ Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, Livro III de Notas, fls. 112v, 113 e 113v.

Ainda no início da colonização (1828), Jean Bazet solicitou uma comenda que o destacasse, a Comenda de Cavaleiro do Hábito da Ordem de Cristo, que só recebeu em 1849 sendo agraciado pelo Imperador Pedro II. Quando Bazet chegou à vila seus vencimentos foram determinados em 900 mil réis anuais durante os cinco primeiros anos e, entre outros benefícios, recebera 480 mil réis para estabelecer uma casa. Aqui temos um recibo assinado pelo médico da colônia Jean Bazet, em 1824, com o seguinte teor “eu abaixo assinado declaro ter recebido do Ilmo. Senhor, diretor dessa colônia [...] a quantia de duzentos e cinquenta telhas a benefício da casa que está ocupando ficando por elas responsável”⁴⁵.

O médico Bazet, além disso, enquanto residiu na colônia, ocupou o cargo da presidência da Câmara de vereadores por três vezes 1829-1833, 1838-1845 e 1846-1849. Na primeira eleição de Bazet e também da Vila, este superou tanto o padre Jacob Joye, quanto indivíduos de origem lusa, o que raramente aconteceu. Em seu último mandato, recebeu de D. Pedro II o título de Comendador da Ordem dos Cavaleiros de Cristo (Quadro 2).

Em relação aos escravos, Bazet concedeu o batismo a vários deles no mesmo dia, apesar de Bazet, aparentemente, não ter mantido atividade agrícola. Tal característica, nos leva a especular que a maior parte de seus escravos trabalhava ao ganho na Vila de São João Batista, que se caracterizava por ser a área mais urbanizada do município⁴⁶.

QUADRO 2 PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA DA VILA DE NOVA FRIBURGO⁴⁷ 1820-1850

NOME	CARGOS OCUPADOS	ESCRAVOS	POSSE DA TERRA
João Bazet	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vereador (1827) ➤ Presidente da Câmara (1829, 1830, 1831, 1832) ➤ Comandante do Batalhão de Guardas Nacionais (1833) ➤ Presidente da Câmara (1837-1840) ➤ Cavaleiro da Ordem de Cristo 	39	<p style="text-align: center;">Casa nº 18</p> <p>Fazenda Três Bicos (1835-1844)</p>

Para contribuir com essa observação, a respeito dos escravos de João Bazet, aproveito-me do registro realizado em quatorze de maio de 1835, no qual o reverendo Julho José Viviam Batista ministrou o sacramento a doze escravos pertencentes ao médico. Em cada um dos registros constam dois padrinhos e ao final está escrito que são “[...] *todos* escravos do doutor Jean Bazet”⁴⁸. Se considerarmos tanto os escravos batizados quanto os padrinhos como propriedades de Bazet, o número de posses do médico se eleva para 39 cativos. De qualquer

⁴⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Acervo Pró-Memória, Caixa 2-5, Doc. 444.

⁴⁶ Este parágrafo também está baseado no livro de Henrique Bon. BON, *Imigrantes...*, p. 254-258.

⁴⁷ Fontes: Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850; CDH Pró-Memória, Documentos da Colônia; Livros I e II de Batismo, Arquivo da Igreja de São João Batista.

⁴⁸ Grifos nossos. Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro II de Batismo, fl. 88.

forma, considerarei, nas análises seguintes, os 12 escravos batizados e seus respectivos padrinhos (Quadro 3).

QUADRO 3
ESCRAVOS BATIZADOS PELO DR. JOÃO BAZET⁴⁹

ESCRAVOS	PROCEDÊNCIA	IDADE	PADRINHOS
Anna Crioula	Crioula	criança	Maxuel e Theresa
Frorinda Crioula	Crioula	criança	Pedro e Roza
Laureano	Congo	adulto	Marcos e Catarina
Jacinto	Crioulo	adulto	Antônio e Maria
Dimingos	Crioulo	adulto	Joze e Roza
Simão	Crioulo	adulto	João Congo e Mariana
Alberto	Crioulo	adulto	Miguel e Josefina
Caetano	Crioulo	adulto	João Moçambique e Maria
Paulo	Crioulo	adulto	André e Josefina
João	Congo	adulto	Antônio e Ludovina
Matildes	Crioula	adulta	Joaquim e Teresa
Josefina	Crioula	adulta	Vicente e Roza

Entre os cativos pertencentes a Bazet temos apenas dois escravos africanos, denominação congo. Outra questão a se destacar é que a grande maioria dos batizados é de escravos adultos e em idade produtiva, constando apenas duas crianças entre os 12 batizados. Entre os adultos apenas duas eram mulheres, fator que também marcava outros plantéis de escravos na região.

Além da medicina, Bazet teve negócios agrícolas ligados à escravidão. Todavia, essas atividades não foram as mais importantes para a obtenção e manutenção de sua riqueza. Bazet valia-se dos empréstimos a juros, sua principal atividade. Segundo Henrique Bom, em 1842, João Bazet entregou ao padre João José de Lessa o valor de 11 contos de reis a 1% ao mês⁵⁰. Ao emprestar uma quantia considerável, Bazet levanta entre os pesquisadores hodiernos as seguintes questões a respeito dos padrões de enriquecimento no Império do Brasil: Quais as possibilidades de enriquecer através de empréstimos a juros e distante da produção cafeeira? Quais eram os principais investimentos feitos com o acúmulo advindo da atividade usurária? A quais tipos de negócios os empréstimos estão ligados?

No início do ano de 1853, João Bazet ainda residia na vila de Nova Friburgo, entretanto, sua saúde encontrava-se debilitada. Mesmo tendo sido um dos primeiros suplentes para vereador a ser chamado para o cargo, foi obrigado a recusar. Tal recusa foi feita através de um ofício endereçado a Câmara, neste documento o médico desobriga-se “de tomar posse de vereador suplente pelo seu estado de

⁴⁹ Fonte: Livro de Batismo II, Arquivo da Igreja de São João Batista.

⁵⁰ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência*. Nova Friburgo, Imagem Virtual, 2004, p. 258.

saúde não permitir”⁵¹. Tudo indica que por volta de 1856 Babet retirou-se para a França com o objetivo de se tratar, apesar de não sabermos qual moléstia fez o médico sucumbir, seu inventário indica a data de 25 de Abril de 1858 e a cidade de Paris, como a data e o local de sua morte⁵².

A inventariante de João Babet era sua esposa, Justine Babet, que passou a assinar o sobrenome do médico após o casamento em 1829. Justine residia na França, por isso estava impedida de gerenciar a abertura do inventário de seu falecido marido. Para contornar a situação Justine enviou uma procuração autorizando Julião Babet, filho do casal, a agir em nome de sua mãe e de Hortence, que a esta altura também morava na França. Os documentos foram redigidos em francês e deveriam ser traduzidos, como a vila não tinha um tradutor foi nomeado Angelo José Degroff, que assinou seu termo de juramento em sete de maio de 1860⁵³.

Entre os bens materiais que compunham o inventário de Babet constava a mobília utilizada pelo casal, comprada no ano de 1856, quando ambos habitavam na capital francesa. Infelizmente os bens não foram arrolados, todavia, Justine Babet declara ter em seu poder “um relógio de ouro com trancelim do mesmo metal, uma caixa de tabaco de ouro, doze talheres de prata, alguma porcelana, roupa branca de pano; todos estes objetos foram avaliados por peritos no valor de três mil cento e quarenta e nove francos”⁵⁴. Os poucos objetos relacionados indicam que os aposentos de Babet gozavam de considerável requinte.

Ao Analisar o cálculo da partilha dos bens do médico João Babet foi possível identificar as origens de sua fortuna. A sua riqueza estava dividida em cinco partes: os bens móveis compunham a quantia de 1:111\$350 reis, os títulos da dívida pública francesa somavam 7:413\$130 reis e seus juros 559\$505 reis, as apólices da dívida pública do Império do Brasil eram de 65:720\$000 reis e os juros, de 10 de junho de 1858 até 31 de outubro de 1860, que equivaliam a 8:680\$000 reis. Tais quantias importaram em 83:474\$102 reis e deste valor foi subtraída a quantia de 391\$082 reis para despesas de funeral, assim, “ficava líquido e praticável a quantia de 83:092\$520 reis”.

A partir dos números apresentados podemos retirar duas conclusões prévias. A primeira estabelece diálogo com a obra de Kátia Queiroz Mattoso, a historiadora elaborou um quadro para classificar as fortunas baianas no século XIX. Se estendermos a classificação de Mattoso ao restante do Império do Brasil, João Babet será enquadrado no grupo das “grandes/ pequenas” fortunas, status que

⁵¹ Os referidos livros encontram-se sob a guarda do Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Trabalhei com uma transcrição feita por Carlos Jayme S. Jaccoud, que cobre toda a primeira metade do século XIX e também se encontra arquivada no CDH Pró-Memória da PMNF. Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850, Livro V, Sessão extraordinária de 11 fev. 1853. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud, 2001.

⁵² Arquivos do Judiciário - SEGAP - Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes. Partes: João Babet e outros; Ano: 1860; Ação: Inventário; Cartório do Juízo de Órfãos de Nova Friburgo, p. 08.

⁵³ Arquivos do Judiciário - SEGAP - Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes. Partes: João Babet e outros; Ano: 1860; Ação: Inventário; Cartório do Juízo de Órfãos de Nova Friburgo, p. 08v.

⁵⁴ Arquivos do Judiciário - SEGAP - Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes. Partes: João Babet e outros; Ano: 1860; Ação: Inventário; Cartório do Juízo de Órfãos de Nova Friburgo, p. 27v.

engloba os proprietários cujos inventários contavam entre 50 e 200 contos de reis⁵⁵.

O volume de riqueza aquilatado no inventário *post-mortem* de Bazet não é comparável às grandes fortunas dos Barões do café. Só para termos uma ideia da riqueza dos principais representantes da elite agrária fluminense apresentaremos dados colhidos em um texto de João Fragoso e Ana Lugão Rios referentes ao Barão de Nova Friburgo: os valores dos seus bens subiam a 3.350: 520,000 (três mil trezentos e cinquenta contos e quinhentos e vinte mil reis), quando da abertura do seu inventário. Os autores argumentam que, ousados “fazendeiros capitalistas” passaram a investir cada vez menos na escravidão e mais nas atividades usurárias, empréstimos a juros, apólices da dívida pública, aplicações em imóveis urbanos e no comércio⁵⁶, pode ser o caso do Barão. O que pretendemos argumentar é que o médico, além de exercer suas atividades, aplicava seus lucros em títulos da dívida pública tanto no Brasil quanto na França, seu país de origem. Bazet não possuía muitos escravos ou muitas braças de terra, então, diferente dos fazendeiros capitalistas podemos afirmar que o ciclo de enriquecimento de Bazet não passava pela atividade agrícola de exportação. Seus emolumentos eram provenientes de sua profissão e, principalmente, das atividades especulativas que realizava. As referidas estratégias de enriquecimento não só guardam semelhanças em relação ao tipo de investimento feito pelos fazendeiros capitalistas, mas ela guarda características particulares. A principal delas está no fato de que Bazet não era um fazendeiro, mas apenas um capitalista formador de uma riqueza considerável.

Colocar a trajetória do colono suíço Jean Julian Bazet no contexto de formação da vila de Nova Friburgo permite perceber que este não apenas assimilou o modo de vida expresso por parte da classe senhorial do Império do Brasil, mas também seguiu as tendências de enriquecimento desenvolvidas por essa classe, ou seja, o médico estava conectado as inclinações e transformações econômicas características do oitocentos. Desses elementos decorrem duas conclusões, a primeira indica que os métodos de locupletamento via atividade especulativa estavam acessíveis, também, para os estratos medianos da sociedade imperial; a segunda endossa a adaptação dos colonos suíços à sociedade escravista em que foram inseridos. O padrão de enriquecimento desenvolvido pelo médico somado aos títulos de distinção e a sua intensa participação na vida política da vila, inclusive em diálogo com a corte, vem adensar o argumento de que Bazet assimilou profundamente os modos de vida do Império do Brasil. Além disso, o personagem traçou estratégias de enriquecimento e manutenção do patrimônio antagônicas aquelas ligadas as estruturas escravistas, tão características do oitocentos brasileiro.



⁵⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 602-604.

⁵⁶ FRAGOSO, João L. e LUGÃO, Ana Maria. “Um empresário brasileiro do oitocentos”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 201.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de discutir a formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro, com foco na trajetória do médico e colono suíço Jean Bazet, entre os anos de 1820 e 1858. As balizas cronológicas adotadas marcam a chegada à vila de Nova Friburgo e a data em que Bazet, já residindo em Paris, faleceu. Para isso, será analisada a formação da vila de Nova Friburgo no contexto de expansão dos “sertões do Leste” e sua ligação com a escravidão e com o plantio de café como meios de ascensão social na região. Por outro lado, também serão investigados como os empréstimos a juros e as compras de apólices da dívida pública – atividades usurárias por excelência – configuravam-se em meios de expansão e reprodução da riqueza do médico. Compreender as formas de assimilação e adequação dos migrantes ao modo de vida imperial leva-nos a verificar as relações sociais estabelecidas por eles com membros da elite local, além de revelar métodos de ascensão social e obtenção de títulos nobiliárquicos. A base para as análises aqui propostas é um corpo documental composto por arquivos paroquiais, cartoriais e judiciais, os Livros de Atas da Câmara de vereadores de Nova Friburgo e periódicos. Somado a essas fontes, contamos com um documento ainda inédito, o inventário de Jean Bazet. O conjunto dessas fontes, em diálogo com a historiografia referente ao tema, permitirá uma compreensão mais ampla das possibilidades e estratégias de enriquecimento durante o oitocentos. Por certo, Bazet nunca foi um grande fazendeiro escravista, mas suas atividades são as de um capitalista de sucesso no Império do Brasil.

Palavras Chave: Migração; Império do Brasil; Estratégias de Enriquecimento.

Artigo recebido em 15 mai. 2015.
Aprovado em 27 set. 2015.

ABSTRACT

This article aims to discuss the formation of the Village of São João Batista de Nova Friburgo, in the province of Rio de Janeiro, focusing on the trajectory of the doctor and Swiss settler Jean Bazet between the years of 1820 and 1858. The chronological frame for this paper will be the period between Bazet's arrival in Nova Friburgo village and his passing, when already living in Paris. I will analyze the formation of Nova Friburgo village in the context of the expansion of the “Sertões do Leste” and the role slave ownership and coffee plantations ownership played as means of social mobility in the region. Besides, I will also consider in which extent loans with interests and public debt purchases policies – usurious activities par excellence – configured the way through which Bazet wealth was made and expanded. Understanding the forms of assimilation and adaptation of migrants to local ways of life at the time of Brazil's Empire can clarify the social interactions between them and the members of the local elite, thus, revealing strategies of social climbing that included the seek for noble titles. The basis for the proposed analysis is a body of documents composed of parish, notary and legal files, the Minute Books of the councilors Chamber of Nova Friburgo and periodicals. In addition to these sources, there is an original document, the inventory of Jean Bazet. The analysis of these sources, in dialogue with the historiographical literature regarding this theme will allow a broader understanding of the strategies of social climbing during the nineteenth century. Undoubtedly, Bazet was never a big slave owner, but his activities were those of a well-succeeded capitalist in the Empire of Brazil.

Keywords: Migration, Empire of Brazil, Social climbing strategies.